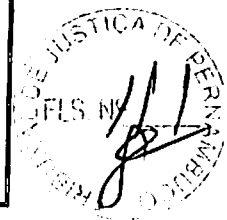




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

187



Habeas Corpus nº:

0205482-6

Comarca Origem:

Olinda – 3ª Vara Criminal

Impetrante:

Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello

Paciente:

Marcelo Antônio da Silveira

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A complexidade do feito em face da multiplicidade de réus justifica o retardo na conclusão do feito por aplicação do princípio da razoabilidade. Precedentes do STJ.
2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 0205482-6, da Comarca de Olinda, em que figuram, como impetrante Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello e, como paciente, **Marcelo Antônio da Silveira**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** de votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

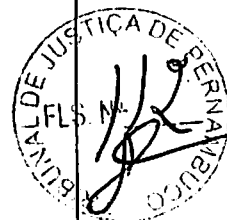
Recife, 27 de janeiro de 2010.

Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

188



Habeas Corpus nº: 0205482-6
Comarca Origem: Olinda – 3ª Vara Criminal
Impetrante: Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello
Paciente: Marcelo Antônio da Silveira
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de habeas corpus liberatório ajuizado em favor de Marcelo Antônio da Silveira, que aponta como autoridade coatora o MM Juízo 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, objetivando-se a soltura do paciente, sob o argumento de que há excesso de prazo para o término da instrução criminal. Pleiteou liminar e, no mérito, a concessão da ordem para que seja o paciente posto em liberdade.

Alega o impetrante que o paciente foi preso em 17/03/2009, em razão do flagrante, por suposta infrigência ao disposto no art. 288, parágrafo único, do Código Penal e, nas consequências da Lei nº 9.034/95, no processo de nº 226.2008.008060-1 e, tendo como apenso o processo de nº 226.2009.001943-3, o qual fora preso por ter em sua posse e no interior de sua residência, arma de fogo, tipo revólver, marca Rossi, calibre 38, tendo o mesmo sido incurso nas penas do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003.

Esclarece que até a data de impetração deste writ, o paciente sequer teria sido interrogado.

Acrescenta ter o paciente bons antecedentes, domicílio certo e profissão definida, além de ser primário.

O impetrante formulou pedido de liminar, o qual foi indeferido em 23/12/2009 (fls. 91/92).

Informações da autoridade apontada como coatora às fls. 98/100.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 106/107, opinando pela denegação da ordem.

É o Relatório.

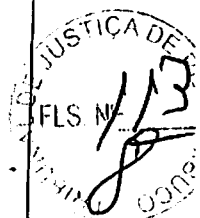
Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

189



Habeas Corpus nº:

0205482-6

Comarca Origem:

Olinda – 3ª Vara Criminal

Impetrante:

Ana Elizabeth Brêda Pessoa de Mello

Paciente:

Marcelo Antônio da Silveira

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Aduz o impetrante que o paciente se encontra recolhido desde o mês de março de 2009, sem que o paciente tenha sido sequer interrogado, o que configuraria constrangimento ilegal por excesso de prazo para o término da instrução criminal.

Pelo que se verifica dos autos, em especial das informações apresentadas pela autoridade apontada como coatora, desde novembro de 2008, um grupo de pessoas vinha sendo investigado por envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, inclusive a nível interestadual e internacional, tráfico de armas, uso de armas de fogo de grosso calibre em desacordo com a norma legal, grupo de extermínio, milícia privada e, roubos.

Após quase 05 (cinco) meses de investigações, foi a operação deflagrada, em março de 2009, sendo presas por força de mandados de prisão temporária ou preventiva, 22 (vinte e duas) pessoas, restando sem cumprimento, em razão de fuga do distrito de culpa, apenas um único mandado de prisão.

Em 15/04/2009, foram encaminhados os autos do Inquérito Policial, num total de 22 (vinte e dois) volumes, tendo a autoridade ora apontada como coatora os remetido a Central de Inquéritos daquela Comarca.

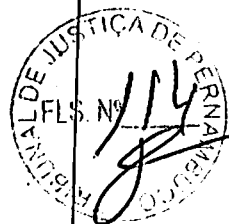
Fora oferecida denúncia nos autos principais – de nº 226.2009.008060-1 – em desfavor de 27 (vinte e sete) denunciados, entre eles, o ora paciente, encontrando-se incurso nas sanções dos arts. 33, 35 e 40, incisos III e IV, da Lei 11.343/2006, em concurso material de crimes, previsto no art. 69, do Código Penal.

Além disso, em consequência das diligências desenvolvidas pelo DPF/Superintendência Regional de Pernambuco, o paciente também fora denunciado nos autos de nº 226.2009.001943-3 (autos apensos ao processo de nº 226.2009.008060-1), sob a acusação de prática de ilícito previsto no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

190



respondendo, portanto, a dois processos perante aquele Juízo *a quo*, sendo decretada a sua prisão preventiva.

Pois bem.

No que tange ao argumento suscitado pelo impetrante, no sentido de que há excesso de prazo para início da instrução criminal, deve-se dizer que, como informado pela autoridade dita coatora, em relação ao processo de nº 226.2009.001943-3, o paciente fora citado em 05/05/2009, tendo apresentado defesa preliminar em 15/05/2009 e, através de despacho proferido em data de 27/05/2009, fora a denúncia recebida, sendo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 06/08/2009, tendo esta sido redesignada para o dia 29/09/2009 em virtude de feriado municipal.

Esclarece a autoridade dita coatora que, naquela oportunidade, foram colhidas as declarações de um dos Agentes Federais, tendo a audiência sido suspensa para aguardar a devolução de carta precatória expedida para o estado de Alagoas com a finalidade de colher as declarações de outro Agente Federal.

Verifica-se, portanto, tratar de feito complexo em que foram denunciadas 26 (vinte e seis) pessoas, além do ora paciente.

Como bem ressaltado pelo D. Procurador de Justiça, a peça ofertada pelo Ministério Público é extensa e relata, com riqueza de detalhes, o funcionamento de um grupo atuante em prestação clandestina de segurança privada e passa por colaboração com o tráfico de drogas e, ao que os indícios demonstram, obteve, ademais, através de uma suposta organização não-governamental, recursos públicos.

Outrossim, como acrescentado por aquele, verifica-se que a autoridade apontada como coatora tem mostrado empenho na prática de atos processuais, não sendo de sua responsabilidade o retardo na instrução criminal ocorrido.

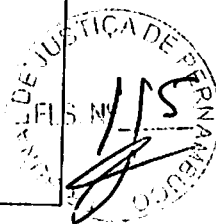
Pois bem.

Do que se expôs, depreende-se que, no caso sob comento, não se configura o excesso de prazo aludido na inicial.

Trata-se de processo complexo, com pluralidade de réus, o que, de *per si*, acarreta uma demora normal e razoável no andamento do processo.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacífico no sentido de que a complexidade do feito e a pluralidade de réus descaracteriza o excesso de prazo.

A esse respeito, vejam-se os seguintes julgados:



HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CUSTEIO DA MERCANCIA. AÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. PROCESSO COMPLEXO. PLURALIDADE DE ACUSADOS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO ESTADO-JUIZ. COAÇÃO NÃO VERIFICADA.

1. Os prazos para a conclusão da formação da culpa não são peremptórios, podendo, em atenção ao princípio da razoabilidade e dentro de seus limites, ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto.

2. Tratando-se de ação penal que conta com 18 (dezoito) denunciados, presos em comarcas distintas, e que busca elucidar o suposto cometimento de diversos delitos previstos na Lei de Drogas, natural que o tempo necessário à realização dos atos processuais seja superior ao da média das persecuções penais, não se podendo atribuir a aludida demora à desídia da autoridade judiciária.

PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE REVOCÇÃO. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.

ENTENDIMENTO CONFIRMADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MERA INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DO ART. 312, DO CPP. MOTIVAÇÃO ABSTRATA. MANUTENÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. Para que a prisão cautelar, que é medida de exceção, subsista, não basta que se indique as hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal em que a decretação vem fulcrada, deverido-se apontar os fatos concretos que levaram à identificação dos pressupostos da medida extrema, sem o que se faz imperiosa sua revogação.

2. Ordem parcialmente concedida.

(HC 99.016/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 17/11/2008)

CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO. LESÕES CORPORAIS. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. JULGAMENTO PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI NÃO DESIGNADO. EXCESSO DE PRAZO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. ADVOGADOS DISTINTOS. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA DEFESA. PEDIDO DE DESAFORAMENTO. TEMOR DOS JURADOS. DEMORA JUSTIFICADA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. AGILIZAÇÃO DO JULGAMENTO RECOMENDADA. ORDEM DENEGADA.

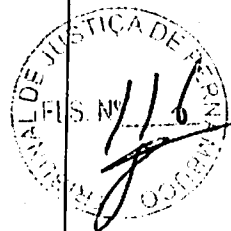
I. Hipótese na qual o paciente, juntamente com outros quatro co-réus, foi pronunciado pela suposta prática dos delitos de homicídio qualificado e lesões corporais.

II. A pluralidade de réus (cinco), os quais possuem advogados distintos, além do fato de as defesas terem interposto recurso em sentido estrito e, depois, embargos de declaração, ocasionando a paralisação do processo, torna descabido o argumento de constrangimento ilegal por excesso de prazo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

192



III. O atraso no julgamento do acusado perante o Júri Popular se deve em grande parte à própria defesa, bem como em razão da influência que os réus possam exercer perante a população local, e que levou o Ministério Público a postular o desaforamento da ação penal.

IV. Por aplicação do Princípio da Razoabilidade, justifica-se eventual dilação de prazo para o julgamento dos pacientes perante o Tribunal Popular, quando a demora não é provocada pelo Juízo ou pelo Ministério Público.

V. Recomendação de maior agilidade no julgamento do pleito de desaforamento ajuizado pelo Ministério Público.

VI. Ordem denegada.

(HC 55.517/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 21.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 330)

In fine, aduziu o impetrante ser o paciente primário e possuidor de bons antecedentes.

Verifica-se que apesar de terem sido levantadas as condições pessoais favoráveis do denunciado pelo impetrante, ainda que as mesmas fossem benéficas, não teriam, em princípio, por si sós, o condão de garantir a concessão da liberdade provisória, havendo nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

Ante o todo o exposto, acompanhando o parecer da D. Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação** da ordem.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta